

Rio de Janeiro, Primeira República e Lima Barreto. Caminhos de uma investigação.

ALGA FERREIRA DE MOURA*

O RIO DE JANEIRO A CIVILIZAÇÃO, O PROGRESSO E MAIS

O avanço do Iluminismo e do Liberalismo levou à queda dos regimes absolutistas na Europa e ao desmantelamento do Mercantilismo e seu sistema colonial. As Guerras Napoleônicas provocaram o deslocamento da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, mudando o destino de sua então colônia, o Brasil. Algumas décadas antes e mais ao norte, as colônias britânicas conquistaram sua independência em 1776 dando origem aos Estados Unidos da América, entre outros motivos, após embates em torno de impostos referentes às trocas comerciais ultramarinas. Na América Latina, os ecos da Revolução Francesa chegaram ao Haiti provocando a Revolução Haitiana em 1791 e a Independência Haitiana em 1804. As colônias espanholas tiveram a sua vez com a ocupação da Espanha pelas tropas napoleônicas e a subsequente destituição do rei. A formação de juntas governativas nas colônias e as posteriores guerras deram o tom do processo independentista que se estendeu até quase o final da década de 1820². As restrições do monopólio mercantilista tornavam-se cada vez mais pesadas, enquanto idéias liberais como o livre comércio, a igualdade entre os homens e a representatividade política, que apesar de não terem sido elaboradas com relação às condições das colônias e seus habitantes, nelas se traduziram em suporte às ações e lutas contra o fardo colonial (DA COSTA, 1999:131-168). Embora não tenham sido o único pêndulo da balança, estas idéias tiveram um importante peso.

No Brasil, a independência ocorreu pelas mãos do príncipe herdeiro do trono português, num processo bem mais pacífico se comparado aos vizinhos do continente americano. O país seguiu o regime imperial, mediando, os conflitos entre conservadores e liberais. Porém, os

*Doutoranda do Středisko ibero-amerických studií, Filozofická fakulta, Univerzita Karlova v Praze (Centro de Estudos Ibero-americanos, Faculdade de Filosofia, Universidade Carolina de Praga – República Tcheca).

² Há que se recordar que Cuba e Porto Rico apenas se tornaram independentes da Espanha em 1898.

primeiros rastros de pensamentos iluministas e liberais podiam ser encontrados desde finais do século XVIII em movimentos como a Inconfidência Mineira, por exemplo. Estas idéias sofriam, contudo, adaptações moldando-se às realidades e necessidades dos grupos que as adotavam. Um exemplo é que enquanto na França elas impulsionaram a luta contra o absolutismo, no Brasil, bem como nas colônias latino-americanas, estas idéias tomaram a forma de lutas contra o jugo colonial (DA COSTA, 1999:26). No Brasil, idéias liberais e iluministas tiveram que conviver e se adaptar entre outras características da sociedade brasileira, ao escravismo, à estratificação social e ao clientelismo.

No Brasil, estas idéias seguiram seu processo de fermentação ou amadurecimento ao longo do século XIX, em meio às diversas mudanças políticas, econômicas, sociais e mesmo espaciais ocorridas desde a transferência da sede do Reino Português e posteriormente, durante o Império. Na Europa, a primeira metade do século XIX acompanhou o conturbado desenrolar das Guerras Napoleônicas, das Revoluções Liberais e de outras guerras e redefinições territoriais, que tiveram como vencedoras, em última instância, a burguesia (termo demasiado genérico para designar os diversos grupos políticos, econômicos e sociais que ascenderam nesse período, mas que ainda assim mostra sua utilidade enquanto designação) e a Revolução Industrial que avançou para o continente europeu criando novas potências e novas demandas. Esse rápido crescimento provocou em 1870 uma crise de super produção, o desafio tornava-se, a partir de então, a conquista de novos mercados consumidores, além da constante necessidade de obtenção de matérias-primas (HOBSBAWN, 1998:57-124). Uma vez que a conquista de novos mercados envolve algum grau de doutrinação, a Europa e seu Liberalismo ilustrado passaram a vender, ou a pregar, o avanço do Progresso e da Civilização.

Este breve e certamente incompleto panorama mostra-se oportuno como forma de introduzir o tema que será aqui discutido e que é parte do meu objeto de estudo de doutoramento, o Rio de Janeiro, capital da Primeira República, através das crônicas de Lima Barreto e João do Rio. Uma discussão mais aprofundada dos temas e conceitos acima citados se faz sem dúvida

necessária, mas apesar do tempo e do propósito desta apresentação não a permitir nesse momento, é ainda assim importante citá-los como parte do contexto que guiou a busca por Progresso e Civilização durante a Primeira República brasileira.

A ascensão dos liberais, ou como se diz mais rotineiramente da oligarquia cafeeicultora, através da proclamação da república alinhou o Brasil as grandes potências da época, mas o que significava esse alinhamento? Por um lado, significou o progresso e a modernidade e suas benesses materiais como luz elétrica, crescimento industrial, comercial e financeiro, crescimento urbano, novas modas e modos. Por outro lado, significava a inserção na delicada harmonia pacifista e progressista das nações industrializadas. Como afirma Nicolau Sevcenko, para as grandes nações o liberalismo já havia mostrado a necessidade de planejamento econômico e controle social, enquanto os países de menor destaque – ainda sem possuir a clara medida de seu subdesenvolvimento – entravam no jogo acreditando estar jogando em igualdade, enquanto exerciam seu destino natural, no caso do Brasil a agricultura (SEVCENKO, 1983:28-32; HARDMAN, 1987:157-166). As economias industriais seguiam precisando de matérias-primas, ou produtos primários, como outrora precisaram as monarquias absolutistas, contudo agora elas careciam também de mercados consumidores fazendo com que se criasse nas populações de países como o Brasil a necessidade da modernidade, do progresso, da civilização, que só poderiam ser alcançados por meios e modelos oferecidos, ou fornecidos, pelas grandes nações.

Buscando a origem do termo *civilisation*³ na segunda metade do século XVIII, época em que estava a ser gestada a Revolução Francesa, Norbert Elias traçou a sua evolução até que agregasse a idéia de ser um processo contínuo e que uma vez concluído em suas próprias sociedades, essas nações – européias, mas principalmente França e Inglaterra – se lançaram na civilização de outras nações (ELIAS, 1994:51-64). Seguindo com esse raciocínio, podemos

³ O termo se apresenta em Norbert Elias como o conjunto de características e/ou fatos culturais, intelectuais, artísticos e morais, mas também políticos, econômicos, técnicos, religiosos e sociais. Em seu conjunto “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. (ELIAS, 1994: 23-24)

afirmar que será a partir da tomada de consciência da civilização enquanto fenômeno distintivo – diretamente ligado à idéia de superioridade – que o termo foi tomado com objetivos político-econômicos, servindo de justificativa a uma nova forma de dominação.

Na verdade, uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começam a se espalhar por todas as nações do Ocidente (ELIAS, 1994:64).

Seguindo com a idéia de dominação, ou ainda melhor, de imposição, Raymundo Faoro, analisando os trabalhos de Veblen e Marx⁴ delimitou a diferença entre um processo nascido espontaneamente numa sociedade, ainda que coordenado por uma elite, e outro processo artificial, voluntarista, que é imposto por setores dominantes que buscam o seu próprio privilégio. Nesse caso, o que resta à população é um processo forçado por ideologias e/ou força e alguns resquícios de avanço. Ao primeiro Faoro denominou *modernidade* e ao segundo, *modernização* (FAORO, 1992).

Na duplicidade, no desacordo, na separação (Zwiespalt) das pautas, uma linha, a da modernização, acumula, soma, progride (Fortgehen, Fortgang), enquanto a outra, a da modernidade, atualiza, aperfeiçoa, desenvolve (Entwicklung – são termos hegelianos, mas a terminologia não é, neste particular, uniforme). O movimento, no último caso, se de modernidade se trata, não é um reflexo, nem meramente uma transição, mas um processo que não depende de comando externos pra se realizar. (...) O processo por necessidade externa, a progressão, impulsionado por uma vontade tecnocrática não é mais do que um fim subjetivo de um grupo de pessoas, incapaz, por não se irradiar como força interna, de se incorporar à história (FAORO, 1992:18-19).

⁴ São *Imperial Germany and The Industrial Revolution*, de Thorstein Veblen (1915) e *O Capital*, de Karl Marx (1967).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

6

Agricultura, extração	86	23	66		80	13	64
Trabalhadores domésticos	88	757	303		35	492	149
Rentistas	8	11	9		10	19	12
Indústria	224	146	197		182	289	208
Transportes	86	1	59		119	9	91
Comércio	231	8	59		227	25	77
Administração Pública	47	1	32		67	9	53
Administração Privada	0	0	0		26	5	20
Profissionais Liberais	35	22	32		48	89	56
Bancários	3	0	2		8	1	6

Números em cada grupo ocupacional por 1000. Fonte: Censo 1920, vol.2, parte 1, cxxi. In: OWENSBY, 1999:29.

Contudo, fosse devido à inexpressividade numérica, à própria estrutura política, às diferenças sociais ou mesmo à mentalidade social estratificada – os setores médios sempre buscavam diferenciação dos grupos que considerava inferiores; esse grupo buscava a conquista de benefícios profissionais ou sociais muito mais através de estratégias como o clientelismo do que por meio de associações de classe. Assim, mesmo a participação política se tornava uma troca de favores relativizando ou mesmo reduzindo sua importância política.

Sem adentrar os méritos ou caminhos dessa discussão citamos apenas como exemplo os estudos de Décio Saes e Brian P. Owesby (SAES, 1975; OWENSBY, 1999). Em ensaio de 1971, Saes resgata questões teóricas acerca do estudo das classes médias, traça abordagens anteriores, levanta hipóteses e analisa as relações das camadas médias urbanas com as oligarquias, o empresariado e os militares. Já Owensby, influenciado pela ideia de que a classe média seria um fator indicativo do desenvolvimento de uma sociedade, deu especial atenção à natureza, à

composição e à análise de questões relativas à mentalidade e ao comportamento da classe média. Aqui focaremos apenas num aspecto das camadas médias urbanas, que era a sua preocupação com relação ao seu padrão de vida – manutenção e elevação. Essa característica chegou a ser apresentada como parte da definição de classe média por Virgílio Santa Rosa (ROSA, 1963). O fator de interesse é principalmente a relação entre padrão de vida e capacidade ou nível de consumo vislumbrado por Saes e Owensby. Mesmo carecendo uma análise mais detalhada essa relação nos remete ao começo dessa apresentação quando afirmava ser a inclusão do Brasil na ordem liberal necessária para a expansão de mercados que necessitavam as potências industrializadas.

Fosse no consumo de bens materiais – muitos deles importados, fosse na assimilação de modos civilizados ou fosse na utilização dos espaços alterados ou criados pela onda de progresso, a relação entre o padrão de vida e a capacidade de consumo demonstra o caráter materialista das idéias de Progresso e Civilização, tão defendidas à época. E apesar do destaque ser dado aos setores médios, este processo implicou, ainda que não de maneira igual, toda a sociedade. Mesmo trabalhadores de rendas mais baixas se viram submetidos pelos novos padrões – um exemplo são as determinações relativas às vestimentas e mesmo o crescimento dos subúrbios e favelas após a expulsão de trabalhadores do centro (SEVCENKO, 1999: 23-66; ROCHA, 1995).

O fluxo de novidades pode ser observado nas mudanças espaciais, na nova cotidianidade e nos novos modos que geraram a nível pessoal e cotidiano o que Francisco Foot Hardman chamou de “dilaceramento de convicções e referências” (HARDMAN, 1987: 157-166). Em artigo sobre o maquinismo no Brasil pré-industrial, Hardman afirma que certas manifestações e associações como o anarquismo, e revoltas como Canudos e o Contestado foram parte de lutas sociais e representações simbólicas de contraposição ao Estado capitalista moderno e à integração ao mercado mundial (HARDMAN, 1987:159-160).

Assim, chegamos às crônicas de Lima Barreto que juntamente com crônicas de João do Rio compõe o meu objeto de pesquisa de doutoramento. Tendo as crônicas como um recurso de acesso às memórias cotidianas – um lugar de memória onde é possível resgatar indícios de um passado compartilhado, o que se busca é levantar registros, impressões e representações de fatos ou acontecimentos da vida urbana do Rio de Janeiro na Primeira República (LE GOFF, 1992; GINZBURG, 1989). Mestiço, filho de um tipógrafo monarquista e ex-escravo, afilhado de visconde, formado em engenharia civil, funcionário público no Ministério da Guerra, jornalista, romancista, crítico do regime republicano e alcoólatra. Contestador e satírico, Afonso Henriques de Lima Barreto poderia ter se tornado um exemplo de mestiço que com a ajuda de um padrinho – aqui não apenas no sentido religioso, mas também relativo às práticas de clientelismo e patronagem – obteve uma boa formação e um cargo público; numerosos foram os casos de usos de clientelismo na obtenção dos mais diversos tipos de favorecimento (OWENSBY, 1999). Lima Barreto poderia ter seguido com uma vida relativamente tranqüila nos estratos médios da sociedade carioca, não fossem suas inquietações, seu senso crítico e seus ataques ao regime republicano, aos colegas das letras e à sociedade carioca, e também seu alcoolismo. Funcionário público, foi internado em hospícios e acabou aposentado por invalidez devido ao vício. Jornalista, escreveu em periódicos como o *Correio da Manhã* e *Careta*. Romancista, acabou ignorado pela crítica literária que era feita através dos jornais. Segundo Alice Áurea Penteado Martha, este silêncio foi quebrado apenas duas vezes, numa notícia sobre sua participação num júri, em 1910 e noutra sobre sua morte, em 1922 (MARTHA, 2000: 58-68).

A crítica literária de então não era especializada ficando, portanto, a cargo de jornalistas que permaneciam presos à fórmulas pré-concebidas, e dessa forma, sem especialização e crivada de pré-julgamentos, as críticas literárias ficavam sujeitas a avaliações subjetivas influenciadas por fatores muitas vezes externos às obras – fossem eles ligados às editoras, ao apadrinhamento e mesmo à afinidades pessoais. (MARTHA, 2000: 58-68; sobre o fazer literário e o jornalismo: SEVCENKO, 1999: 93-102). Conhecendo as práticas literárias e jornalísticas de sua época, Lima

Barreto não buscou os meios convencionais de aceitação mantendo-se fiel ao seu estilo e pensamento. Ao contrário, preferiu traduzir em literatura e em mais críticas o conhecimento que tinha do veículo que posteriormente se calou sobre sua obra, expondo a superficialidade e os estratagemas do meio jornalístico no romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* publicado em 1909. Ao contrário de Lima Barreto, Isaías – que inicialmente se mudara para o Rio de Janeiro para estudar medicina – cedeu a sua inicial crítica ao jornalismo aprendendo os truques e malícias da profissão e se tornando ele mesmo um jornalista. Essa obra, fundamental para o entendimento da relação entre seu autor e o meio jornalístico, revela também facetas e nuances da profissão de jornalista à época em que foi escrita.

Retornemos às crônicas. Após a leitura de autores como Antônio Candido, Afrânio Coutinho e Jorge de Sá, concluímos que a crônica é um gênero jornalístico fluído e descompromissado com a imparcialidade da transmissão da notícia, pelo contrário, encontra sua fluidez e leveza justamente na expressão subjetiva dos fatos. Tendo sua possível origem no ensaio informal e pessoal da literatura inglesa, a crônica jornalística toma assuntos diversos por conteúdo e os aborda a partir de posicionamentos pessoais do autor. Ao escrever um texto curto e nele registrar pontos de vista o autor, a crônica redimensiona questões cotidianas podendo criar elos de afinidades ou discordâncias com o leitor (CANDIDO, 1992:13-14; COUTINHO, 1966:305; SÁ, 2001:5-11). Informando, provocando o leitor e com ele se relacionando as crônicas se tornaram uma forma de registro do seu tempo. Nas palavras de Ariane P. Edwald, “as crônicas folhetinescas são, portanto, indícios de uma memória circunstanciada, que devem ser compreendidas à luz de seu conjunto e de seu contexto temporal. (...) o cronista retrata o vivido, a experiência da cidade testemunhada pelo seu olhar” (EDWALD, 2007:177).

Nas crônicas de Lima Barreto, bem como nas de João do Rio e diversos outros autores⁵, encontramos um espectro variado de temas e possibilidades. Nas crônicas é possível tratar de quase tudo, de regras de conduta para usuários de bonde em Machado de Assis – *Balas de estalo*, *Gazeta de Notícias*, 04 de julho de 1883 (COUTINHO, 1994); a defesa do teatro de revista em Arthur Azevedo – coluna *O Theatro, A Notícia*, 15 de fevereiro de 1906 (NEVES & LEVIN, 2009). Em Lima Barreto, por exemplo, há desde a crítica social na defesa de uma relação mais próxima e sem formalismos entre homens e mulheres onde cita como exemplo as mulheres francesas e os possíveis benefícios pessoais e sociais dessa aproximação – *Gazeta da Tarde*, 27 de abril de 1911; a crítica sobre a multiplicação de cargos e funcionários no Congresso e seu peso no déficit público enquanto se faz redução do número de funcionários públicos devido à crise – *Correio da Noite*, 14 de dezembro de 1914; a crítica irônica da situação das delegacias suburbanas – *Correio da Noite*, 28 de dezembro de 1914; e ainda uma crítica social ao falar do caso do suicídio de uma mulher separada e de uma parteira devido uma tentativa de aborto – *Correio da Noite*, 07 de janeiro de 1915 (BARRETO, 1961).

Tomadas como registros parciais da memória cotidiana da cidade do Rio de Janeiro durante o período estudado⁶, estas crônicas são estudadas a partir da leitura, análise e contextualização, com o que se espera alcançar um rico universo, onde encontramos uma cidade sempre em movimento, uma cidade que se reconstruía e se redefinía aos olhos de seus habitantes. Se algum tempo antes mudanças espaciais ou sociais não podiam ser vivenciadas no curso de uma vida, naquele momento tudo estava acelerado. Foi a possibilidade da mudança que levou milhares de pessoas a atravessar caminhos longos e inóspitos, como no caso dos imigrantes que se transferiram da Europa para as Américas. Foi essa mesma possibilidade de mudança que levou outros tantos ex-escravos para o Rio de Janeiro após a abolição. E foi também essa oportunidade que levou o personagem Isaías Caminha, um humilde interiorano, a acreditar que sua educação –

⁵ A escolha das crônicas de Lima Barreto e João do Rio para a pesquisa está relacionada as particularidades da biografia de ambos e a posição deles dentro do jornalismo carioca.

⁶ A Primeira República e mais especificamente o intervalo entre os anos 1905 e 1920.

e certamente a carta de seu padrinho – lhe abririam as portas de um futuro promissor na capital da república. A expansão do liberalismo que se seguiu à Segunda Revolução Industrial foi prodiga em seduzir através da possibilidade de se conquistar o novo uma vez que o progresso e a civilização alcançariam a todos. E essa se mostrou uma ótima forma de controle social. Contudo, as mudanças não traziam boas perspectivas para todos – essas eram para poucos, aliás – e o crítico Lima Barreto não se deixou seduzir pelas novidades de sua época, não deixou de apontar o que considerava serem problemas e não fechou os olhos aos pobres da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BARRETO, Lima. *Vida Urbana*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.

BURNS, E. Bradford. *The poverty in progress (Latin America in the Nineteenth Century)*. Berkeley: University of California Press, 1983.

BURNS, E. Bradford & CHARLIP, Julie A. *Latin America: A concise interpretative history*. New Jersey: Prentice-Hall, 1972.

BETHELL, Leslie. *História da América Latina*. v.3-5 São Paulo: EdUSP, 1999.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: ED. UNICAMP/ Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil: v.6*. Rio de Janeiro: Editorial Sulamericana, 1966.

COUTINHO, Afrânio. *Machado de Assis – Obra completa. v.3*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

DA COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

EDWALD, Ariane P. A vida da crônica e a crônica da vida. Psicologia social, literatura e circulação da notícia. *Revista Rio de Janeiro*, n.20-21, 2007. p.175-190.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. v.1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, v.6, n.14, 1992. p.6-22.

FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. São Paulo: EdUSP, 1999.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. Técnica e Sociedade: maquinismo como espetáculo no Brasil pré-industrial. *Remate de Males*, Campinas, n.7, 1987. p.157-166.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Lima Barreto e a crítica (1900 a 1922): a conspiração de silêncio. *Acta Scientiarum*, v.22, 2000. p.59-68.

NEVES, Larissa de Oliveira & LEVIN, Orna Messer. *O teatro: crônicas de Arthur Azevedo (1894-1908) – material complementar*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

OWENSBY, Brian P. *Intimate Ironies – modernity and the making of middle class lives in Brazil*. California: Stanford University Press, 1999.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: A cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

ROSA, Virgílio Santa. *Que foi o tenentismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1963.

SEVCENKO, Nicolau. O cosmopolitismo pacifista da Belle Époque: uma utopia liberal. *Revista de História da FFLCH da USP*, v.14, 1983. p.28-32.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.